

APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

| DADOS DO PROCESSO: | |
|-------------------------|--|
| Nº do Processo: | 20.583/2024 |
| Estudo Preliminar nº: | 003/2024 |
| Secretaria: | Secretaria de Gabinete do Prefeito |
| Objeto: | Contratação da imprensa, para prestação de serviço de publicação de atos oficiais e demais matérias obrigatórias da Administração Pública do Município de Nova Friburgo em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, pelo período de 1 (um) ano. |
| Equipe de Planejamento: | Elaboração: Jéssica Labandeira da Silva – matrícula nº 062.642 |
| | De acordo: Mayra Martins – matrícula nº 062.003 |

1. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

O Município não dispõe de Plano de Contratações Anual (PCA), porém o presente faz parte do planejamento interno de contratação da Secretaria de Gabinete do Prefeito, por ser um procedimento anual, que não pode ser descontinuado.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A Lei Federal nº 14.133/21, no artigo 54, caput, leciona que “A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)”. O § 1º prescreve: “Sem prejuízo do disposto no **caput**, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União,

do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.

Por sua vez, a Lei Orgânica Municipal em sua Seção I - Da Publicidade dos Atos, versa sobre a obrigatoriedade de publicação dos atos e matérias oficiais do Município. O art. 60, § 1º, instrui: *“A publicação impressa física ou eletrônica de que trata o caput será feita pelos Poderes Municipais, em órgão oficial próprio ou, na ausência do referido, em jornal impresso local de comprovada penetração nos meios sociais.”*

A necessidade a ser verificada nesse estudo é atender o previsto na Lei Federal e o disposto na Lei Orgânica Municipal, no que tange a divulgação dos atos e matérias oficiais. Para tanto, o Município anualmente contrata empresa especializada na prestação de serviço de publicação de atos oficiais e demais matérias obrigatórias da Administração Pública do Município de Nova Friburgo em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- a) A empresa vencedora deverá ter, obrigatoriamente, circulação diária.
- b) A assinatura do jornal impresso constará de seis edições e deverá ser diária, inclusive aos sábados, domingos e feriados, devendo ser entregue no mesmo dia de sua publicação na sede da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, aos cuidados da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na Av. Alberto Braune, 224 sobreloja, Centro, Nova Friburgo, Rio de Janeiro.
- c) A empresa vencedora deverá disponibilizar o acesso da Secretaria de Gabinete do Prefeito, da Subsecretaria de Comunicação Social e da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística à edição digital do jornal, se houver.
- d) A publicação dos avisos de licitação somente deverá ser feita na seção de noticiário do caderno principal.
- e) Não será admitida a participação de empresas para a prestação do serviço em jornais no formato tabloide.
- f) Caberá a Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito, na vigência do contrato de prestação de serviços, através de comunicação formal à empresa contratada, informar os nomes e matrículas dos servidores municipais autorizados a expedir Ordens de Serviço de publicações.
- g) A Contratada deverá, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço, confirmar a sua autenticidade, através dos telefones (22) 2525-9100 ramal 295, caso a Ordem de Serviço não seja certificada digitalmente.
- h) A avaliação do menor preço será através do valor cobrado no centímetro por coluna.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Não é possível precisar a quantidade exata a ser utilizada, devido a inconstância no número de processos licitatórios e demais atos a serem publicados.

A última contratação foi de 22.500 cm/col e está vigente até 01 de novembro de 2024.

O quantitativo para este novo processo será solicitado de acordo com a demanda da Subsecretaria de Comunicação Social, expresso no Documento de Formalização de Demanda - DFD. Decidiu-se pela diminuição do quantitativo a ser contratado, considerando a redução no consumo do atual contrato.

Por uma questão de segurança, o quantitativo solicitado será reduzido em 30% comparado com a contratação anterior, conforme tabela:

| Quantitativo anterior | Redução | Total a ser contratado |
|-----------------------|---------|------------------------|
| 22.500 | +/- 30% | 16.000 cm/coluna |

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Considerando a demanda aqui apresentada, não há disponível no mercado outra solução que não seja a contratação de empresa prestadora do serviço de publicação desses atos e matérias em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro.

Dentre as formas de contratação disponíveis e passíveis de serem realizadas pela Administração Pública, a que melhor se enquadra no presente procedimento, é a seguinte:

- Contratação através de pregão eletrônico (art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º da Lei Federal nº 14.133/21):

O serviço é contratado por meio de um procedimento licitatório, o qual resultará em um contrato administrativo firmado entre o Município e a empresa vencedora do certame, com 1 ano de vigência, mantidas as condições definidas em edital.

Como meio de estimar valores para definir a forma de contratação, fora utilizado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para pesquisa, por se tratar de contratação específica que somente seria possível cotação diretamente com fornecedor. Abaixo, segue tabela demonstrativa dos preços apurados nessa breve pesquisa.

| CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO | | MÉDIA DOS PREÇOS |
|---|-----------|------------------|
| PREÇO 01 | R\$ 17,00 | R\$ 12,03 |
| PREÇO 02 | R\$ 12,47 | |
| PREÇO 03 | R\$ 6,64 | |

<https://pncp.gov.br/app/editais/24772287000136/2024/121>

<https://pncp.gov.br/app/editais/88084942000146/2024/191>

<https://pncp.gov.br/app/editais/27080530000143/2024/1345>

Considerou-se também, para análise mercadológica, o último processo administrativo (PA 23.397/23), conforme demonstrado abaixo; uma empresa sagrou-se vencedora e a mesma atende as demandas dessa nova aquisição.

| DESCRIPTIVO | FORNECEDOR | VALOR UNITÁRIO DESTA AQUISIÇÃO |
|---|-------------------------------------|-----------------------------------|
| Serviços de Empresa Jornalística para publicação de atos oficiais e demais matérias obrigatórias da municipalidade em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro. | ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA | R\$ 3,99 |

Após esta pequena análise de mercado e verificando os valores apurados, pode-se concluir que a contratação de empresa para a prestação do serviço é a única possibilidade disponível no mercado para a demanda apresentada.

Dentre as *formas de aquisição*:

No que tange a contratação através de Pregão Eletrônico, (art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º da Lei Federal nº 14.133/21), entende-se ser a forma mais adequada de contratação do serviço, uma vez que é estabelecida em lei como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Considerando os valores verificados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na contratação anterior, a tabela a seguir demonstra o estimativa para a contratação:

| MÉDIA DOS PREÇOS | VALOR ANTERIOR ATUALIZADO (IPCA) | VALOR MÉDIO UNITÁRIO | VALOR TOTAL ESTIMADO (V. MÉDIO X QTD) |
|------------------------|---|-------------------------|---|
|------------------------|---|-------------------------|---|

| | | | |
|---|--|-----------------|-----------------------|
| R\$ 12,03 | R\$ 4,00 https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice | R\$ 8,01 | R\$ 128.160,00 |
| <p>Por todo o exposto nos itens anteriores, pode-se considerar que o valor apresentado acima, se encontra dentro de uma realidade mercadológica e pode ser utilizado como parâmetro para este estudo.</p> <p>Vale ressaltar que se trata de um estudo preliminar, com finalidade única de encontrar a melhor solução para a demanda apresentada, e que a pesquisa de preços referenciais com os fornecedores e demais ferramentas que compõem a “Cesta de Preços”, será realizada pelo Setor de Logística da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, conforme Decreto Municipal 2007 de 16 de fevereiro de 2023 e Rotina Administrativa de Formação e Execução de Contratos Administrativos, sendo acostada aos autos do processo posteriormente, e ainda, de acordo as especificações, quantidades e estimativas constantes neste instrumento e demais documentos subsequentes.</p> | | | |
| 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: | | | |
| <p>Diante de todo o contexto, a única solução viável para a demanda apresentada é a contratação de empresa jornalística para prestação de serviço de publicação de atos oficiais e demais matérias obrigatórias da municipalidade em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>A aquisição se dará através de Pregão Eletrônico (art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º da Lei Federal nº 14.133/21):</p> <p>O serviço é contratado por meio de um procedimento licitatório, o qual resultará em um contrato administrativo firmado entre o Município e a empresa vencedora do certame, com 1 ano de vigência, mantidas as condições definidas em edital.</p> <p>Considerando que a contratação do serviço objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas.</p> <p>Cabe, também, o entendimento de o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, classificando-o como serviço comum de caráter continuado.</p> | | | |

Desse modo que a solução encontrada é a prestação de serviço de objeto, possuindo vários fornecedores, circunstância que viabiliza o presente estudo e, por conseguinte, na correspondente licitação.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Será adotado o critério de julgamento de Menor Preço (art. 33, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21). Optou-se pelo não parcelamento em cotas, considerando a impossibilidade de divisão do serviço. Uma única empresa sairá vencedora do certame e assinará contrato com o Município para prestar o serviço solicitado pelo período de 1 (um) ano.

9. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Espera-se atender o previsto em lei, no que tange publicidade dos atos e matérias administrativas, como os avisos de licitação, que são primordiais ao andamento dos processos licitatórios, considerando a relevância do serviço, em atenção ao princípio constitucional de publicidade estabelecendo o dever de assegurar que todas as decisões ou atos praticados pela administração pública serão transparentes, para que a população possa verificar que seus interesses sejam eles particulares ou coletivos estão respeitados, e que a vontade pública está sendo realmente cumprida.

Lei Federal nº 14.133/21, no artigo 54, caput, leciona que “*A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)*”. O § 1º prescreve: “*Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.*”

Lei Orgânica Municipal em sua Seção I - Da Publicidade dos Atos, versa sobre a obrigatoriedade de publicação dos atos e matérias oficiais do Município. O art. 60, § 1º, instrui: “*A publicação impressa física ou eletrônica de que trata o caput será feita pelos Poderes Municipais, em órgão oficial próprio ou, na ausência do referido, em jornal impresso local de comprovada penetração no meios sociais.*”

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Não há providências prévias a serem tomadas para esta contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Não existe nenhuma contratação correlata ou interdependente em andamento.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

Existe o dever da Administração Pública em levar em conta os aspectos socioambientais, para realização de compras públicas sustentáveis, de modo a valorizar os custos efetivos que considerem condições de longo prazo, buscando gerar benefícios à sociedade e à economia, além de reduzir os danos ao ambiente natural.

Deve sempre, também, a Administração buscar a contratação pública sustentável, ou licitação sustentável, que considere todas as consequências ambientais, sociais e econômicas dos seguintes aspectos: elaboração de projeto; utilização de materiais renováveis; métodos de produção, logística e distribuição; uso, operação, manutenção e reuso; opções de reciclagem; e comprometimento dos fornecedores em lidar essas consequências ao longo de toda a cadeia produtiva.

Isto posto, para esta contratação deverão ser também observados os seguintes parâmetros relativos à sustentabilidade:

O disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, em especial o que versa o seu artigo 5º e o disposto na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Considerando os Estudos aqui desenvolvidos, pode-se concluir que a solução escolhida para a demanda apresentada, mostra-se eficaz e única viável, do ponto de vista econômico e de mercado.

Por ser a forma usual de contratação desse tipo de serviço, a escolha do Pregão Eletrônico (art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º da Lei Federal nº 14.133/21), também supre as necessidades quanto a transparência, economicidade, além de possibilitar ampla concorrência.

Por ser considerado serviço comum de natureza contínua, de contratação habitual pela Administração Pública e fora dela, entende-se que esta nova aquisição é de baixa complexidade e dispõe de uma gama de fornecedores aptos a prestação do serviço.

14. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 20.583/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria de Gabinete do Prefeito e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art.18 da Lei nº 14.133/21.

ELABORAÇÃO:

Jéssica Labandeira da Silva
Matrícula nº 062.642

DE ACORDO:

Mayra Martins
Matrícula nº 062.003

Nova Friburgo, 01 de Agosto de 2024